



4914 - Trabalho - 39ª Reunião Nacional da ANPEd (2019)
GT09 - Trabalho e Educação

TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA: IMPLICAÇÕES PARA PESQUISA E EXTENSÃO EM CONTEXTOS DE DIVERSIDADE

Graziela Ninck Dias Menezes - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia

TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA: IMPLICAÇÕES PARA PESQUISA E EXTENSÃO EM CONTEXTOS DE DIVERSIDADE

O texto apresenta recorte de uma pesquisa que busca compreender como as experiências educativas com a diversidade constituem a profissão docente na Educação Profissional Técnica - EPT. Realizada em dois campi do Instituto Federal da Bahia - IFBA, o estudo de base qualitativa fundamenta a análise na vertente hermenêutica, **buscando as leituras produzidas pelos sujeitos sobre a profissão a partir do contexto em que vivem. Foram utilizados como dispositivos de pesquisa questionários, sessões de conversa e cartas pedagógicas.** Os resultados mostram que a política atual do IFBA sobre o trabalho docente tem desestimulado a pesquisa e extensão, constituindo uma compreensão junto aos professores de que a atuação na EPT prioriza o ensino, e impactando no trabalho com as questões da diversidade ao fragilizar a integração com as comunidades. O resultado aponta para necessidade de reordenação do trabalho docente visando criar condições para o desenvolvimento da pesquisa e extensão, adotando a pesquisa como princípio educativo e a valorização da diversidade existente em seu entorno.

Palavras-Chave: Trabalho Docente; Pesquisa e Extensão; Educação Profissional Técnica; Diversidade.

Introdução

No início da década de 2000 observamos um movimento político e social que apresentava uma nova perspectiva para a vida humana. No Brasil, esse movimento se traduziu na constituição de um governo que implantou políticas que oportunizaram acesso à direitos sociais para sujeitos historicamente excluídos. Entre os campos onde notamos maior investimento está a educação, sobretudo, àquela destinada aos jovens.

Nessa direção, foram ampliadas as instituições que atuavam com educação profissional em âmbitos federal e estaduais, além de ocorrer a reformulação da concepção e diretrizes que teve como ponto central a implantação dos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integradas ao Ensino Médio com a perspectiva de realização de uma formação humanística e integral, rompendo com o histórico de uma educação dualista.

No âmbito federal ganhou destaque a criação dos Institutos Federais de Educação - IF por meio da Lei 11.892/08. Os IFs foram constituídos pelos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica, pelas Escolas Técnicas Federais e Escolas Agropecuárias Federais, apresentando-se com uma nova institucionalidade e tendo como prioridade o atendimento da Educação Profissional Técnica Integrada de Nível Médio.

Com o processo de ampliação e interiorização dos IFs por todo país, vimos o aumento exponencial de matrículas, sobretudo, na Educação Profissional Técnica Integrada de Nível Médio [\[1\]](#) que por exigência da lei que criou os institutos deve ocupar 50% de todas as vagas.

Cabe destacar que nesse mesmo período os movimentos sociais e organizações políticas também reivindicavam e conquistaram políticas específicas de reparação ao processo de exclusão historicamente construídos contra pessoas negras, indígenas, mulheres, idosos, de comunidades tradicionais, deficientes, entre outros. Tais políticas também incidiram sobre as políticas educacionais.

Assim, ao longo da década são constituídos diversos dispositivos legais que vão garantir uma reparação para grupos que não eram incluídos na educação brasileira. Entre alguns dos documentos citamos a Lei nº 10.639/03 que alterada pela Lei nº 11.645/08 que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos da educação básica, o Decreto nº 6.751/08 que dispõe sobre o atendimento educacional especializado, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos - PNEDHU em 2009, o Decreto nº 7.352/10 que dispõe sobre a educação do campo e o Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária, entre outros.

Como modalidade de educação ofertada no país e integrada à estrutura da educação nacional, observamos que a Política de Educação Profissional dirige seu processo de ampliação para atender a esses pressupostos e legislações acerca da defesa do direito à educação das minorias. Nesse sentido, é publicado um documento oficial sobre Concepções e Diretrizes da EPT, onde fica demarcada a tônica do compromisso dos Institutos Federais em

garantir a perenidade das ações que visem a incorporar, antes de tudo, setores sociais que historicamente foram alijados dos processos de desenvolvimento e modernização do Brasil, o que legitima e justifica a importância de sua natureza pública e afirma uma educação profissional e tecnológica como instrumento realmente vigoroso na construção e

resgate da cidadania e da transformação social. (BRASIL, 2008).

Em 2013 são promulgadas as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio - DCNEPTM onde é indicada a necessidade do adequado tratamento das questões relativas à profissionalização de pessoas portadoras de deficiências físicas, de comunidades quilombolas, moradoras do campo e indígenas, além das pessoas atendidas na Educação de Jovens e Adultos.

Diante todo esse contexto e com a necessidade de ampliar o corpo docente dos institutos federais[2] nas diversas áreas, a discussão acerca dos processos formativos, da organização do trabalho, das condições objetivas e carreira para o exercício do magistério nessa modalidade tornam-se fundantes para a concretização dos objetivos previstos para a educação profissional

Compreendendo que esse contexto, ainda em disputa e construção, reverbera no dia-a-dia das instituições educacionais do país, é que esta pesquisa se insere, tendo como centro de sua investigação a profissão docente, entendida como um fazer de sujeitos que se inserem no mundo e produz a profissão pelas relações sociais que constituem com o mundo e com os sujeitos que os cercam.

O objetivo central dessa pesquisa é compreender como as experiências educativas com a diversidade produzem a profissão docente na EPT. Nesse sentido, buscou-se mapear as dimensões que constituem a profissão, analisando como as experiências educativas com a diversidade reverberam nos modos de ser professor nessa modalidade educacional marcada por um contexto de rupturas e permanências com a tradição tecnicista voltada para atender demandas do mercado, para adoção de uma educação que integre trabalho, ciência, cultura e tecnologia e reconheça a dimensão da diversidade humana. O lócus dessa investigação foram dois campi do IFBA que apresentavam em seus registros de grupos de pesquisa trabalhos desenvolvidos por professores com temáticas da diversidade. Para efeito de anonimato denominaremos aqui Campus 1 e Campus 2.

Considerando o objetivo de compreender como as experiências educativas com a diversidade marcam os sujeitos no seu modo de ser professor, optamos pelo desenvolvimento de uma pesquisa qualitativa, perpassando pelos fundamentos da hermenêutica por assumirmos que a docência se constitui em um processo contínuo e que os sentidos produzidos pelos sujeitos são frutos dos modos como significam as relações que estabelecem com o contexto.

Assumindo uma compreensão epistemo-política, nos inserimos no campo das narrativas, compreendendo como possibilidade de ser um espaço que desenha uma geografia e uma temporalidade única das histórias dos sujeitos e possibilita que outras versões do contexto educacional possam ser visibilizadas.

Reconhecemos, entretanto, que para atender o escopo dos objetivos que também envolve traçar um mapeamento da profissão docente organizamos um caminho metodológico que exigiu a aplicação de um questionário survey[3] com todos docentes que atuam na Educação Profissional Integrada dos dois campi. Tendo atingido 94% desse público, o questionário nos ofertou dados quantitativos, mas que por adesão à perspectiva metodológica adotada foram analisados sob o prisma qualitativo. Assim, convidamos os mesmos docentes para sessões de conversa onde foram apresentados os resultados do questionário como proposição para a construção de uma narrativa coletiva acerca de como se produz e vive a profissão nos espaços em estudo. Dos respondentes do questionário, 40 professores[4] de todas as áreas propedêuticas e das áreas técnicas existentes nos campi, participaram em pequenos grupos das sessões de conversas onde num processo reflexivo foram confrontando os resultados do questionário com suas experiências, revelando como os resultados apontados no questionário circunscrevem os modos de viverem a docência.

Por fim, 4 professores que já tinham imersão em atividades educativas com a diversidade nos grupos de pesquisa dos campi pesquisados e 4 professores que ao longo das sessões de conversa relataram experiências com as questões da diversidade, se corresponderam por meio de cartas pedagógicas com a pesquisadora. As cartas foram constituídas como espaços hermenêuticos de aprofundamento de uma experiência educativa com a diversidade de cada docente, no âmbito das atividades de pesquisa, ensino ou extensão imprimindo uma análise acerca dos saberes que estes docentes constituíram nesse processo educativo.

O texto aqui apresentado tem por objetivo discutir a organização do trabalho docente no contexto de diversidade, um dos aspectos analisados na pesquisa. Os dados apresentados são frutos do questionário e das sessões de conversa. Para tanto, desenhamos o texto em duas partes. Na primeira apresentamos um panorama do que demanda o trabalho docente na EPT no cenário atual, analisando como a pesquisa e extensão tem se configurado no trabalho docente do IFBA. Na outra parte, discutimos como esse cenário incide sobre a compreensão que os professores vão construindo sobre o trabalho na EPT e o comprometimento com a integração com as comunidades.

Pesquisa e Extensão no Trabalho Docente na Educação Profissional Técnica

A profissão docente possui uma natureza multifacetada composta por diversos aspectos que se interpenetram e constituem um processo formativo que se constrói ao longo da vida-profissão. Portanto, o trabalho do professor se produz a partir da forma como ele constrói experiências e saberes e os integra nas mais diversas situações que atingem o cotidiano do seu trabalho, permeado pelas relações que estabelece com seus pares, com discentes, com a comunidade, com as ações da gestão, com as políticas educacionais e com a cultura institucional de onde atua.

A implantação dos IFs e da concepção da Educação Profissional Técnica Integrada apontam alguns objetivos[5] muito específicos para os docentes, posto que estes passam a atuar em um complexo de relações que se estabelecem na realidade em questão, considerando que, mesmo no ensino integrado, a natureza dessa modalidade educacional é formar pessoas para um exercício profissional. Segundo Nóvoa (2002, p. 24) "O 'novo' espaço público da educação chama os

professores a uma intervenção técnica, mas também a uma intervenção política, a uma participação nos debates sociais e culturais, a um trabalho continuado junto das comunidades locais”.

Assim, tais objetivos se apresentam e, entre estes, é possível citar: a relação com o avanço de processos tecnológicos que adentram à discussão da formação de profissionais em acordo aos arranjos produtivos; a verticalização do ensino que coloca docentes para atuar simultaneamente com educação básica e superior, inclusive em áreas tecnológicas distintas; a integração de conhecimentos de diversos campos para garantir uma formação de base interdisciplinar que atenda ao ensino integrado; a articulação e produção de conhecimentos tendo a realidade social como ponto de partida e a cidadania e justiça social como horizonte; o conhecimento dos processos históricos, sociais, econômicos e políticos e dos arranjos produtivos que constituem a realidade da comunidade, vislumbrando uma ação de promoção da sociedade local e do meio ambiente. Para Machado (2008, p. 15)

Os professores da educação profissional enfrentam novos desafios relacionados às mudanças organizacionais que afetam as relações profissionais, aos efeitos das inovações tecnológicas sobre as atividades de trabalho e culturas profissionais, ao novo papel que os sistemas simbólicos desempenham na estruturação do mundo do trabalho, ao aumento das exigências de qualidade na produção e nos serviços, à exigência de maior atenção à justiça social, às questões éticas e de sustentabilidade ambiental. São novas demandas à construção e reestruturação dos saberes e conhecimentos fundamentais à análise, reflexão e intervenções críticas e criativas na atividade de trabalho.

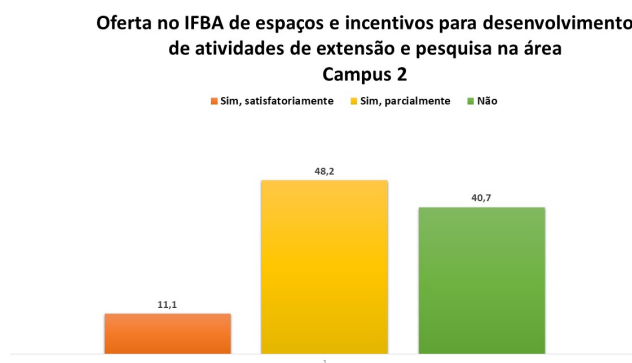
Além desses objetivos, a emergência das diversidades e da necessidade de garantir que a política de educação pública inclua os sujeitos que outrora estiveram excluídos de todo processo, impõe aos docentes uma atuação educativa que garanta a permanência e êxito dos sujeitos para que os mesmos possam, por meio dos conhecimentos produzidos e construídos no processo escolar, se inserirem na rede produtiva, além de constituírem ferramentas que lhes possibilitem empoderamento para lutar por garantia de seus direitos sociais e do reconhecimento de suas identidades.

Nessa perspectiva, emerge como aspecto estruturante do projeto pedagógico dos IFs a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão em todos os níveis de ensino, refletindo uma compreensão de que o processo de ensino e aprendizagem deve favorecer a aproximação entre as instituições de ensino e sociedade. A concretização deste princípio supõe a realização de projetos coletivos de trabalho pluri, multi, transdisciplinar que atendam às questões emergentes a partir de uma prática interativa com a realidade e que leve em conta o interesse da maioria da sociedade local.

A pesquisa, então, é concebida como princípio científico para consolidação de conhecimentos e como princípio educativo de questionamento da realidade. A extensão pensada como forma de diálogo permanente e amplo com a sociedade, sempre fundadas na “integração entre ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e, ao mesmo tempo, no desenvolvimento da capacidade de investigação científica, essencial à construção da autonomia intelectual”. (PACHECO, 2011).

Enfim, a complexidade na qual se constitui o trabalho docente na Educação Profissional dos IFs exige que os docentes atuem ouvindo as comunidades e articulando as demandas de cada local com as possibilidades científicas, culturais e políticas que dispõe com foco na inclusão social e na construção da cidadania.

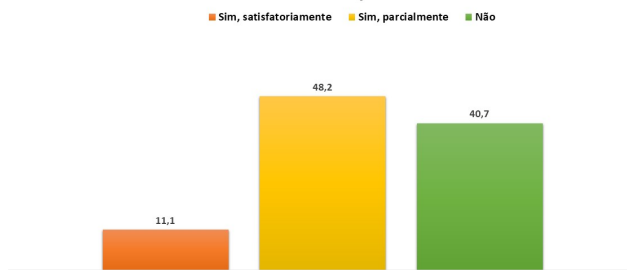
Considerando estas questões analisamos tanto nos dados do questionário como nas sessões de conversas aspectos que revelam como os docentes de dois campi do IFBA têm atuado na Educação Profissional Técnica Integrada diante o cenário apresentado. Um aspecto que foi apontado pelos docentes refere-se ao espaço que a pesquisa e a extensão tem ocupado dentro de suas práticas. Eles indicam alguns aspectos que tem dificultado esse processo. Foi questionado se o IFBA oferta espaço e incentivo para o desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão na área de atuação do professor e com temáticas da diversidade. Os dados se revelaram assim:



Fonte: Dados da Pesquisa

Oferta no IFBA de espaços e incentivos para desenvolvimento de atividades de extensão e pesquisa na área

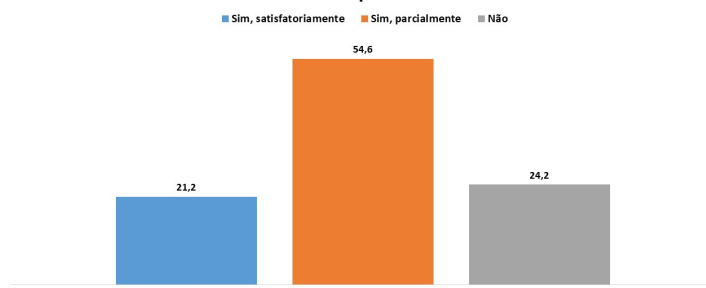
Campus 2



Fonte: Dados da Pesquisa

Oferta no IFBA de espaços e incentivos para desenvolvimento de atividades de extensão e pesquisa em temática sobre gênero, sexualidade, etnia, religiosidade, deficiência.

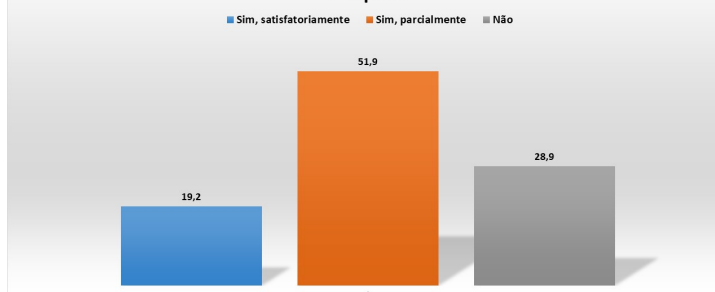
Campus 1



Fonte: Dados da Pesquisa

Oferta no IFBA de espaços e incentivos para desenvolvimento de atividades de extensão e pesquisa em temática sobre gênero, sexualidade, etnia, religiosidade, deficiência.

Campus 2



Fonte: Dados da Pesquisa

Os dados acima indicam que em sua maioria os professores nos dois campi percebem que há satisfatoriamente ou parcialmente incentivo ou espaço para atuar com extensão e pesquisa tanto nas suas áreas de conhecimento como nas temáticas com a diversidade. Nessa condição responderam que há incentivo e espaço para atividades de pesquisa e extensão nas suas áreas, 81,8% dos docentes do Campus 1 e 59,3% dos docentes do Campus 2. Sobre se há incentivos para pesquisa e extensão com temáticas da diversidade, 75,8% dos docentes do Campus 1 e 71,1% dos docentes do Campus 2 afirmaram que sim.

Ao se depararem com esses resultados os docentes chamaram atenção para o fato de que ofertar espaço e incentivo não representa que haja uma política que fortaleça o trabalho de pesquisa e extensão. Nos diálogos entre os professores eles analisam que o trabalho ocorre em detrimento das iniciativas docentes, ao tempo que também reconhecem que não há impedimentos para que os professores as realizem.

Então tem uma questão de gestão, de promover editais internos. Gente, às vezes extensão se faz com cem reais, às vezes é para comprar cartolina, às vezes é para pagar um lanche durante a tarde, porque vai ficar a tarde aqui na praça fazendo exposição. E você precisa de cem reais às vezes para pagar o lanche para equipe. Então, a gestão tem que propor editais e financiar isso (...). O menino vai apresentar o trabalho e se for esperar pela escola comprar o banner, você às vezes se "reta[6]". Quantas vezes você já não pagou? Todo mundo já fez isso. (Professor Guto, Campus 1).

A questão da diversidade sexual, por exemplo, gênero e tal, fica muito, muito a cabo da energia e vontade da Sociologia e uma parte de História. Se essa galera não meter a mão e não desembolar, não rola. (...) E eu estou entendendo esse parcialmente e satisfatoriamente, por isso. A gente pode criticar muito processo de gestão, mas é difícil alguém falar assim que tentou construir um evento e falaram "não, não faça". Muitas

vezes a gente não tem recurso, essas paradas assim. Então, a escola está muito aberta para esses projetos, essas perspectivas. Poucas vezes, é que teve situações um pouco complicadas, existe um abraço dos colegas também que às vezes tem iniciativa de fazer alguma atividade, às vezes não tem recursos e os colegas ratearem uma coisa e tal. (Professor Ênio, Campus 2).

Nas narrativas apresentadas notamos que os docentes refletem a ausência de uma política interna que fomenta projetos de pesquisa e extensão. Fica claro que a iniciativa depende de professores, inclusive salientam como a falta de recursos para estas ações impactam economicamente no professor, posto que esse precisa arcar com despesas. Ao tentarem discutir o nível de satisfação dos docentes apontados no questionário como satisfatório ou parcialmente satisfatório, os professores reconhecem que o espaço e o incentivo existentes são em detrimento de uma certa autonomia que possuem para propor atividades, porém eles afirmam que não existe uma proposição articulada em torno de um projeto que se utilize da extensão e pesquisa como possibilidade de integração com a comunidade ou que reflita o projeto político pedagógico dos campi

Na minha área, desde que eu entrei aqui há 6 anos, nunca foi desenvolvido nenhum projeto, nenhum curso que pudesse envolver a comunidade. Eu acho isso lamentável. Outra coisa que eu noto é que o IFBA nessa comunidade, quer dizer é uma percepção minha, é uma escola muito isolada, parece que as pessoas não conhecem o IFBA, não conhecem o potencial dos professores do IFBA. Então, na minha cidade, já que eu atuei lá em algumas escolas, sempre surgem convites para que eu possa oferecer um curso de formação de professores, fazer uma fala nesse sentido como palestrante ou mesmo o que acontece com mais frequência, muitos convites para fazer aula, com alunos de escolas municipais e estaduais. Isso não acontece aqui. E eu acho que é uma forma de interagir com a comunidade. (Professor Frank, Campus 2).

Porque é aquela coisa, você tinha que criar uma forma de estimular, não vou dizer ações de pesquisa, mas pelo menos um projeto de pesquisa, algum produto que pudesse virar uma investigação, mesmo que simples, para no final do ano potencializar a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. Com todo esforço, o respeito que tenho pelo pessoal que todos os anos organizam a Semana de Ciência e Tecnologia aqui, então o que a gente faz aqui é uma feira de escola. A gente não faz pesquisa. Tem trabalhos bom aqui que é o trabalho de ciência interativa que o pessoal da área de Física faz (...) Mas, no geral a gente só faz sala temática para poder gerar alguma coisa chamada ciência. Não tenho um trabalho pedagógico que estimule isso. Você poderia pensar em laboratório, falei isso na pró-reitoria de ensino. Estimular a prática de laboratório, ou seja, pega as turmas, tenta estimular a última nota de um ano, algum tema de pesquisa, pega um dadinho lá, sei lá, investigar aqui no bairro da Vila Cachoeira qual é o índice de pessoas analfabetas assim, coisa básica, entendeu? Só para dizer ao menino que para dizer alguma coisa chamada conhecimento, ele tem que ter dado, tem que investigar, pesquisar e não assistir uma aula de youtuber, de um cara que não sabe nem o que está dizendo. (Professor Pedro, Campus 1).

As narrativas dos professores apontam dois aspectos fundantes para a construção de um fazer que integre pesquisa, ensino e extensão e possibilite integração com a comunidade. A reflexão do professor Frank coaduna com objetivos propostos para os IFs ao se articularem com demandas sociais e se colocarem como instituições que liderassem projetos de desenvolvimento regional. No caso apontado, o professor reflete como no próprio campo educacional o IFBA poderia se articular com as demais esferas administrativas, potencializando o processo formativo de docentes, o que é previsto no Art 6º, inciso VI da Lei 11.892/08.

O Professor Pedro desenha como a pesquisa pode e deve ser inserida como princípio educativo, ou seja, para além do desenvolvimento de pesquisas específicas feita pelos docentes é fundamental incorporar o princípio científico no processo de ensino, possibilitando que os discentes sejam produtores de conhecimentos e protagonistas na construção de proposta de atividades extensionistas fruto das aprendizagens ali decorrentes como prevê as DCNEPTM.

Notamos nos diálogos que os professores compreendem a relevância do trabalho de pesquisa e extensão para fomentar tanto o processo formativo dos discentes e a integração com a comunidade, reconhecendo a responsabilidade que tem na condição de formadores de outros professores e de pesquisadores. Porém, percebem que há uma política interna de esvaziamento e desvalorização dessas atividades. Um dos aspectos que tem promovido este esvaziamento refere-se à carga horária docente, à burocratização e intensificação do trabalho, como revelam as narrativas abaixo

Quando acabou com essas questões da carga horária docente deixou muito solto. Quando você fica muito solto você fica com medo. Por exemplo, vou pegar o edital de pesquisa, vai te dar trabalho, escrever o projeto e depois para executar e depois para prestar contas. Só que você não tem a garantia que sua carga horária de sala de aula vai ficar igual, vai se manter ali. E não tem essa garantia. Qualquer coisa pode mudar e aí você fica com medo, foi o meu caso, é o caso de todos aqui (...) pelo relatório da CGU era o campus que tinha mais projetos de pesquisa de 2012 a 2014. Despencou e você pergunta por quê? Você fala mano, eu não vou fazer. (...) Você tem que decidir, se você pega um projeto desse no meio e sua carga horária vai para 18 ou 23 horas você fica doído. (Professor Ênio, Campus 2).

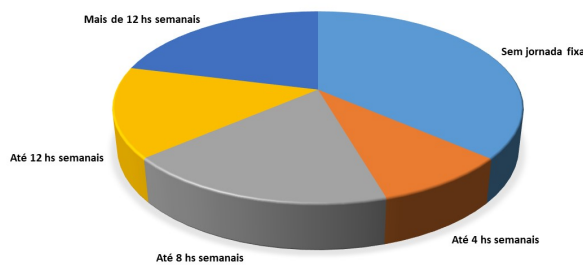
Então, assim, para você fazer um projeto de extensão é outra coisa, você vai concorrer o edital... aqui teve uma vez que a gente concorreu no ano um projeto de Consciência Negra e a gente envolveu o dinheiro porque a gente tinha que fazer um negócio para colocar impressão, tinha que pegar orçamento de 3 gráficas e a gráfica tinha que ter tudo regularizado de impostos e tributos municipais, estaduais e da união. Vai ver quem é que tem isso aí? Ninguém tem. Chega uma hora que teve que devolver o dinheiro porque não ia usar. Aí vai comprar um negócio e o pessoal de compras chega bem assim e diz "olha é o seguinte, tem esse pregão aqui, escolha aí". E eu não sou formado para ser pregoeiro e nem acho que essa é minha tarefa. Você pode escrever lá, eu quero um microscópio de lente, não sei quanto, de lâmina tal e escrever tudo lá. Entrega para o cara que vai fazer o papel das compras. Aqui gente tem que fazer esse papel. É trabalho. (Professor Pedro, Campus 1).

Ao narrarem sobre mudanças na política de carga horária docente dentro do IFBA os professores retratam que há uma instabilidade criada para a organização da carga horária em relação à pesquisa e extensão. Por meio da Resolução do CONSUP nº 12/2018 definiu-se que a base de constituição da carga horária docente são as horas em atividades de ensino. Assim, os docentes só poderão investir nas atividades de extensão e pesquisa em detrimento do tempo que lhes sobrar. Nessa lógica, os docentes se sentem à mercê de um cotidiano do qual eles não controlam, já que compõe atividades de ensino além das horas em sala de aula, atendimento aos discentes, participação em reuniões pedagógicas e administrativas, além de preparo das aulas, correções de atividades entre outras, o que já impõe um processo de intensificação do trabalho.

O que fica notório é a condição de vulnerabilidade sentida pelos professores causando uma retração no processo de desenvolvimento de pesquisa e extensão. Além disso, eles revelam o sentimento de insegurança que fica explícito quando o Professor Ênio afirma ter medo de comprometer-se com mais atividades do que o que é possível de ser realizado dado o tempo sobre o qual pode dispor ou não. Esse processo gera reflexo inclusive na isonomia entre os professores. Conforme um dado apontado no questionário quando foi perguntado qual a carga horária assegurada para correção de trabalhos,

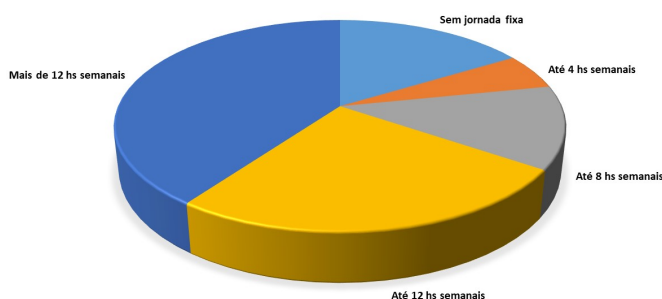
planejamento e estudo, observamos uma variação nos dois campi, conforme gráficos abaixo, refletindo essa instabilidade apontada nos relatos.

Carga Horária usada para atividades de ensino Campus 1



Fonte: Dados da Pesquisa

Carga Horária usada para atividades de ensino Campus 2



Fonte: Dados da Pesquisa

Os dados revelam que no mesmo campus você tem professores com apenas 4hs disponíveis e outros com 12 horas ou mais. Além disso, alguns apontam que não conseguem administrar esse tempo, pois não tem jornada fixa, o que pode indicar a instabilidade revelada nas narrativas.

Outro aspecto que é apontado para a intensificação do trabalho fica retratado na narrativa do Professor Pedro. Ao relatar que fica a seu encargo processos de aquisição de materiais, além das demandas da realização de uma atividade de extensão, atesta-se que o incentivo e espaço para pesquisa e extensão retratados nos índices do questionário não atingem as demandas concretas para a condução de atividades dessa natureza, sobrecarregando o professor que já conta com pouca carga horária para o desenvolvimento dessas atividades. Acerca dessa situação de não ter um apoio concreto para realização de atividades outra narrativa corrobora com essa análise.

[...] conseguimos montar um projeto interdisciplinar com um tema maravilhoso, contudo a coordenação de pesquisa, até hoje, não conseguiu emitir os nossos certificados porque tem problemas com a PRPGI. Aquele simpósio até hoje, se a gente quiser uma comprovação, tem que ir lá para eles darem um atestado porque até hoje o certificado deveria ser gerado pelo SUAP. (...) Nunca chega pra mim para me perguntar "professor, como é que tá andando novo curso?", porque eu tenho um projeto de pesquisa em andamento, O clube de leitura e humanidades, e ela também, nunca me perguntou sobre nada, nunca me chama para conversar, nunca me fala sobre andamento, sobre relatório, nada. (Professor Hugo, Campus 2)

Nessa narrativa, o Professor Hugo mostra que processos de certificação, acompanhamento e monitoramento também deixam de ser realizados por setores específicos, impactando na organização dos registros de trabalho docente e na comprovação dos mesmos o que pode gerar outros problemas posto que a carreira docente pelo seu caráter acadêmico tem sua produtividade também avaliada a partir das certificações de suas atividades.

Além desse cenário onde barreiras concretas são criadas para a realização das atividades de pesquisa e extensão é preciso pensar como esse processo incide nos modos como os professores passam a compreender o trabalho docente na EPT e como essas atividades em contextos de diversidade realizadas pelos docentes podem ser invisibilizadas.

Desperdícios de experiências docentes em contextos de diversidade

Diante o cenário analisado observamos que ao realizarem o trabalho de pesquisa e extensão os professores inscrevem compreensões acerca do seu fazer, posto que estes sejam constituído dos valores, conhecimentos e saberes incorporados que definem seus modos de ação nas atividades docentes. Identificamos que a partir de algumas experiências, professores percebem que as atividades de extensão e pesquisa não são valorizadas e, a depender de como e para onde se dirigem, essa valorização incide sobre o próprio professor na condição de ser um sujeito que realiza um trabalho, conforme as narrativas apresentam

Eu vi gente conseguir verba muito lá na Secretaria de Cultura da Bahia e promover coisas maravilhosas (...) e ser visto pelos outros como "aquele ali é o que não gosta de trabalhar". Quando cheguei aqui, com o cara movimentando a cultura, fazendo um monte de coisa na cidade e era isso, aquele ali é o que não gosta de trabalhar (...) Captou recursos, tem um recurso também para projeto da FAPESB. E aí a gente tem que fazer as

coletas dos dados, era junto com uma parceria e tal, e era sempre aquele negócio, aquilo ali, minha parte era mais pesquisa, não era tanto extensão, mas aquele ali é o que não gosta de trabalhar. (Professor Cauã, Campus 1).

Mas a grande questão, é como eu volto a dizer, a maioria dos colegas percebem que esse trabalho acadêmico aqui dentro não é valorizado. Aí você tem, em termos financeiros, o RSC que te garante algo. Aí você vai tentar buscar uma formação para tentar fazer uma pesquisa aqui dentro, não vai ter apoio ou não vai ter suporte, então, para quê? (Professor Mário, Campus 2).

As narrativas revelam como a percepção sobre o trabalho docente voltado para pesquisa e extensão na instituição gera impactos também em dimensões das subjetividades porque ao ser colocado em um lugar de desvalorização reflete nos modos como os professores tentam mover sua ação pedagógica e processo formativo em detrimento desse quadro. Notamos que nesse processo de desvalorização há elementos que refletem uma compreensão do trabalho do professor na EPT ainda muito próximo de modelos do cientificismo moderno caracterizada por Santos (2010) como modelo da razão indolente que tomam áreas ligadas ao desenvolvimento cultural como secundárias no processo formativo dos estudantes.

Ao narrar que um determinado trabalho de promoção da cultura, mesmo aprovado e financiado por agências oficiais de fomento do Estado, é visto como uma atividade improdutiva, e que atividades acadêmicas também não são prestigiadas, os docentes revelam como ainda se presentifica no instituto um modelo de educação que aparta a integração prevista nas DCNEPTM entre ciência, cultura e tecnologia, o que compromete a perspectiva de desenvolvimento da educação integrada tal qual almejada na história da EPT. Assim, ser docente que atua ou busca essa integração valorizando a cultura é visto como um professor que não trabalha, repercutindo diretamente na percepção dos docentes sobre finalidade os motivos pelos quais devam insistir nessa ação.

Outro aspecto que acaba sendo negado é o envolvimento com a comunidade. Em sua narrativa, o Professor Cauã, refere-se a um trabalho desenvolvido na cidade, portanto fora dos muros da instituição. A desvalorização sobre uma prática de extensão que envolva cultura e comunidade fere princípios de constituição dos IFs posto que estes foram pensados como política de inclusão social. Assim, não olhar para as comunidades em seu entorno, conhecendo e se integrando a cultura local, significa invisibiliza-las ou pensa-las como contextos pouco críveis relegando-as à condição de inferioridade ou de pouca cientificidade. Segundo Santos (2007), para o modelo da ciência ocidental todas as práticas sociais que se organizam segundo conhecimentos que não coadunem com modelos de produtividade mercadológica não são visíveis. Essas circunstâncias vêm se refletindo nos modos como os docentes têm atuado com a pesquisa e extensão.

[...] acho que a gente não tem mesmo uma escola que estimula a reflexão, que não estimula o engajamento nas atividades pedagógicas. Na minha opinião a gente é meio refratário a essa cultura, talvez não enxergue nela uma eficiência, talvez uma relação de cima para baixo ou uma relação muito estéril (...) você conta nos dedos quem é que tem atividades de pesquisa aqui. E se você quiser restringir ainda mais, você não enche a mão de pessoas que fazem pesquisas autônomas a algum processo de formação num curso de pós-graduação. Fazem pesquisa porque querem desenvolver uma linha de pesquisa deles, muito pouco. (Professor Pedro, Campus 1).

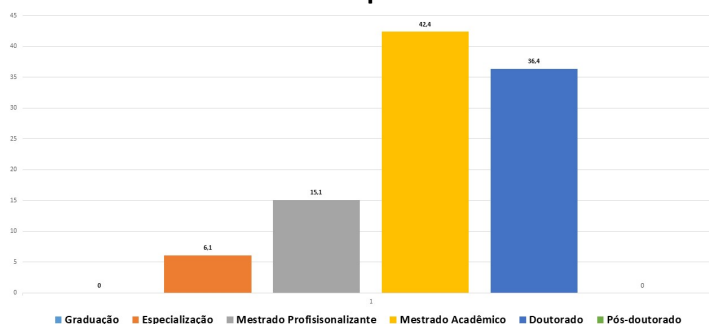
Eu não sei estatisticamente, mas eu entendo assim, que a maioria dos servidores, dos professores que é a minha classe, faz um concurso para o instituto, para ocupar essa carreira, está previsto aí o ensino, pesquisa, extensão e gestão e algumas coisas mais, só que o entendimento contínuo não é esse. O entendimento é que ele passou no concurso e que se ele for lá na sala e der uma aula e voltar para casa, ele vai estar fazendo demais. (...). A pessoa acha que a cadeira dele é dar aula e acabou. (Professor Guto, Campus 1).

Isso aí que você está falando é uma questão de estabelecer prioridades, você está dando suas prioridades em cima das prioridades do reitor. O reitor preferiu que quer o professor em sala de aula eu não faço questão de projetos de extensões e pesquisa (...) eu tenho 16 horas em sala neste semestre e tive dois alunos de orientação para TCC, então ficou tranquilo. Minha carga horária para mim deu bem. (Professor Wagner, Campus 2).

As narrativas apontam como a desarticulação da pesquisa e extensão na organização do trabalho docente refletem no modo como os professores vão compreendendo seu trabalho no IFBA. O professor Pedro ao afirmar que “somos refratários dessa cultura”, revela justamente um movimento consequente do cenário analisado, o que vai sendo desenhado nas narrativas do Professor Guto e Professor Wagner, com riscos ao esfacelamento da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, prevista em lei para a Educação Profissional Técnica.

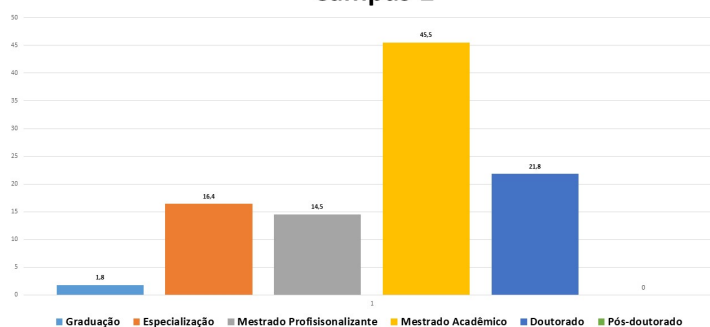
Salienta-se que os docentes desses dois campi têm uma formação já em nível de *strictu sensu*. Como apontam os gráficos abaixo, no Campus 1 esse número chega a 93,9% do quadro se considerarmos os mestrados profissionais. No campus 2, o percentual atingido chega a 81,8%. Portanto, estamos falando de professores que já tiveram imersão no processo de pesquisa e que poderiam desenvolver suas práticas aprofundando a pesquisa como princípio científico e educativo, o que aproxima o conhecimento escolar da realidade e promove articulação entre a escola e a comunidade.

Grau de Formação dos Docentes Campus 1



Fonte: Dados da Pesquisa

Grau de Formação dos Docentes Campus 2



Fonte: Dados da Pesquisa

Tal processo poderia desencadear ações formativas dos próprios docentes o IFBA e dos docentes de outras redes, atendendo a objetivos também previstos para os professores dos IFs. Assim, vemos experiências desperdiçadas (SANTOS, 2010), saberes construídos pelos docentes no seu percurso formativo que poderiam colaborar para a ampliação da integração entre escola e comunidades, saberes científicos e saberes populares que o campo da pesquisa e extensão propiciam.

Cabe destacar que nos campi foram identificados por professores a presença de estudantes indígenas, quilombolas, de assentamentos, além de estudantes homoafetivos e portadores de necessidades especiais. Portanto, a imersão dos estudantes e professores nos universos culturais das comunidades e das diversidades que as constituem é importante para que a realidade e os modos de constituição das pessoas atuem nela pelo trabalho, pela cultura, pela produção de saberes seja tomada como centralidade e possibilite uma compreensão de mundo onde a ação de educar signifique também intervir no sentido de promover uma educação profissional comprometida com a emancipação social.

Conclusões

O estudo apresentado revela que nos campi analisados do IFBA os docentes percebem que a pesquisa e a extensão têm sido colocadas em segundo plano. Tal processo tem constituído um desmonte de atividades e de iniciativas dos professores, promovendo uma ruptura entre as práticas de ensino, pesquisa e extensão que são fundamentais para o desenvolvimento de uma prática educativa fincada na realidade e integrada com as demandas locais de cada campi.

Nesse cenário é importante a reavaliação do espaço que a pesquisa e a extensão ocupam no trabalho dos professores e de como pode ser viabilizada a articulação entre setores e equipes que potencializem as ações docentes. Cabe destacar que na condição que ocupam, os docentes da EPT possuem potencialidades de aprofundar práticas educativas cujo o princípio da pesquisa seja o condutor metodológico desse trabalho, contribuindo com a construção de um processo educacional que se faz urgente na formação dos jovens do ensino médio de todo país.

Por fim, há de se considerar que o trabalho docente na pesquisa e extensão é um grande espaço de integração com as comunidades e que a compreensão dos IFs como espaço de promoção de uma inclusão social perpassa por sua ação na condição de valorização das diversidades manifestas nas identidades de seus discentes, bem como na integração de saberes produzidos na instituição e nas comunidades onde atua.

Referências

BRASIL, Ministério da Educação. **Instituto Federal- Concepções e Diretrizes**. Brasília, 2008.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação profissional. In: **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**. v. 1, n. 1, junho, 2008 p. 8-22.

NÓVOA, Antônio. Os professores e o “novo” espaço público da educação. In: NÓVOA, Antônio. **Formação de Professores e Trabalho Pedagógico**. Lisboa: Educa, 2002, p. 09-30.

ORTIGARA, Claudino e GANZELI, Pedro. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Permanências e Mudanças. In: BATISTA, Eraldo Leme e MÜLLER, Meire T. **A Educação Profissional no Brasil**. Campinas, São Paulo, 2013

PACHECO, Eliezer (Org). **Institutos Federais - uma revolução na Educação Profissional Tecnológica**. São Paulo: Moderna, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a Teoria Crítica e Reinventar a Emancipação Social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Crítica da Razão Indolente- contra o desperdício da experiência**. Volume 1. 8ª ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Cortez, 2011.

[6] Essa é uma expressão comum na Bahia para definir uma pessoa zangada, pessoa irada, nervosa por alguma situação que não a agradou.

[1] A partir do ano de 2005, foram construídas centenas de unidades que ampliou a condição multicampi dos 38 institutos, perfazendo atualmente 644

campi, criados em cidades consideradas pelo Ministério da Educação - MEC como polo de desenvolvimento regional, tendo por objetivo favorecer as demandas educativas considerando aspectos históricos, culturais, sociais e econômicos de cada região onde estivesse situado (ORTIGARA e GANZELI, 2013).

[2] No IFBA, segundo dados do Plano de Desenvolvimento Institucional PDI/2014-2018, em 2004 o corpo docente era formado por 445 docentes, sendo que esse número, já no ano de 2013, chegou a 1.105 docentes efetivos e, em acordo a projeção do Plano de Desenvolvimento Institucional de 20014-2018, no ano de 2018 o instituto estaria contando com 1.915 docentes, sendo destes 860 mestres, 570 doutores e 65 pós-doutores

[3] O questionário foi adaptado de outro estudo em andamento sobre a Profissão Docente na Bahia, desenvolvido por um grupo de pesquisa no qual este estudo se vincula.

[4] Respeitando regulamentos do Comitê de Ética, usaremos pseudônimos para os nomes de professores.

[5] Ver art 7º da Lei 11.892/08 que cria os institutos federais